



MULHERES QUILOMBOLAS: Desafios para construção da igualdade de gênero.

Quilombola Women: challenges for building gender equality.

Mujeres Quilombolas: desafíos para construcción la Igualdad de género.

Amanda Gomes Pereira

Doutora em Ciências Sociais PPCIS/ UERJ; Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), – Campus São Bernardo Maranhão
gomespereira_amanda@yahoo.com.br

Angélica Lima Melo

Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação PPGS/UFMA Campus Imperatriz Maranhão; Professora efetiva da rede básica de ensino pela Secretaria municipal de Santa Quitéria do Maranhão (SEMED)
angelica.lmelo@hotmail.com

Resumo

Este artigo é fruto da experiência que tivemos na realização do projeto “Mulheres Quilombolas: construindo um futuro sem violência” em uma comunidade quilombola no interior do Maranhão. O projeto teve apoio e financiamento da FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – e teve como objetivo contribuir para a formação de lideranças femininas no interior do estado como força de promoção de relações de gênero mais equânimes. A seguir, será apresentado o histórico da Comunidade Quilombola Território Saco das Almas, os conflitos existentes atualmente na Região do Baixo Parnaíba Maranhense – onde se localiza o quilombo – e os desafios enfrentados na construção de ações de promoção da igualdade de gênero na região.

Palavras-chave: Baixo Parnaíba Maranhense; Igualdade de Gênero; Mulheres Quilombolas; Projeto de Extensão; Baixo Parnaíba Maranhense.

Abstract

This article is the result of our experience in the realization of the quilombola women Project: building a future without violence in a quilombola community in the interior of Maranhão State. The Project was supported by FAPEMA- Supporting Foundation for Research and scientific and technological development of Maranhão. And it aimed to contribute to the formation of feminist leaders equitable gender relations. Next, we will present the history of quilombola community territorio Saco das Almas, and the conflicts that currently exist in the region de Baixo Parnaiba Maranhense- where the quilombo is located- and the challenges faced in the construction of actions to promote gender equality in the region.

Key –words: Baixo Parnaiba Maranhense; Gender Equality; Quilombola Women; Extension Project; Baixo Parnaiba Maranhense

Resumen

Este artículo es el resultado de nuestra experiencia en el proyecto "Mujeres quilombolas: construyendo un futuro sin violencia" en una comunidad quilombola del interior del Maranhão. El proyecto es apoyado y financiado por FAPEMA - Fundación para apoyar la investigación y el desarrollo científico y tecnológico del Maranhão - y tiene como objetivo contribuir a la formación de liderazgo femenino en el interior como fuerza para la promoción de las relaciones de género. En seguida se presentará el historial de la Comunidad Quilombola de Saco de las Almas, los conflictos que existen actualmente en la Región Maranhense de Baixo Parnaíba, donde se encuentra el quilombo, y los desafíos que se enfrentan en la construcción de acciones para promover la igualdad de género en la región.

Palabras clave: Baixo Parnaíba Maranhense; Igualdad de género; Mujeres quilombolas; Proyecto de extensión.

Introdução

A formação de lideranças femininas engajadas em atividades políticas é sempre um ponto levantado pelos movimentos sociais. O cuidado da casa e dos filhos aparece como um dos principais entraves para a participação nas arenas de decisão. A relação entre mulheres e espaço doméstico em detrimento das relações estabelecidas pelos homens nos espaços públicos, em épocas anteriores, já foi considerada uma das causas principais da submissão feminina. A maternidade, nessa perspectiva, seria um dos fatores que mais contribuiria para a exclusão, ou sub-representação, nas arenas coletivas de tomadas de decisão.

No que refere-se à disparidade de gênero, a baixa representatividade nos pleitos eleitorais, no Brasil, é ainda mais evidente do que em outros países. Como destaca Araújo (1999, 2001), por motivos históricos, as mulheres no Brasil estão alijadas dos processos políticos, sub-representadas no legislativo e em outras instâncias de poder. Por isso, torna-se primordial, em todo país, o estímulo à participação política das mulheres e a inserção delas na elaboração e acompanhamento de políticas públicas – principalmente aquelas voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero.

Contudo, os desafios para o estabelecimento de ações e projetos que desenvolvam a temática da igualdade de gênero a partir da formação de lideranças políticas apresentam-se como um grande desafio. Na experiência que tivemos na Comunidade Saco das Almas, foram inúmeros os empecilhos.

Segundo dossiê da associação brasileira de saúde coletiva: “o território quilombola saco das almas possui aproximadamente, 11.721,0000 há (onze mil setecentos e vinte e um hectares), fica inserido dentro da área de dois municípios da mesorregião leste maranhense, que são os municípios de Brejo e Buriti” (Abrasco, 2012, p.150). O território é composto

pelas comunidades Vila das Almas, Pitombeira, Criulis, Faveira, São Raimundo e Vila São José.

Segundo os estudos antropológicos e certificação realizada pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade de Saco das Almas se constitui como remanescente de quilombos por remontar ao século XIX, quanto aos descendentes do antigo escravo “Timóteo”, a quem coube a “fundação” daquele povoado. (Abrasco, 2012, p.150).

O município de Brejo está localizado na região do Baixo Parnaíba Maranhense. Nos últimos anos, os conflitos agrários têm se intensificado devido ao avanço da monocultura da soja, bem como a monocultura de outros produtos agrícolas produzidos na região. Esse contexto agravou a situação das mulheres residentes em áreas quilombolas. O acesso restrito dos produtos agrícolas impediu que boa parte delas, habitantes do município, tivesse como obter renda a partir dessa atividade extrativista. Desse modo, as possibilidades de renda limitadas ficaram ainda mais reduzidas.

No Maranhão, os conflitos agrários que surgiram nos anos 80 colocaram em questão o direito a terra pelas comunidades tradicionais. Nesse cenário de conflitos, como destaca Barbosa (2013), as mulheres foram fundamentais na garantia de acesso aos babaçuais, e dos produtos derivados do extrativismo dessa palmeira, tão presente na geografia e no imaginário da história maranhense.

No emblemático documentário “Maranhão 66”, de Glauber Rocha, a narrativa de José Sarney sobre o estado ressaltava a importância do Babaçu para a economia e para o desenvolvimento de uma cultura maranhense, em amplos sentidos.

Ao lado do trabalho agrícola, o extrativismo do babaçu se apresenta como uma atividade primordial presente pelo menos desde a formação do campesinato maranhense, que teve início com o fim da escravidão, a concomitante desarticulação da grande produção monocultora e a organização de uma produção agrícola propriamente dita (Amaral Filho, 1990; Luna, 1984). A importância econômico-comercial do babaçu se acentuou quando esse produto assumiu valor de mercado, o que ocorreu particularmente a partir de final do século XIX, e mais acentuadamente no século seguinte. Nesse mesmo período, o Maranhão era decantado por poetas e cronistas como a Terra das Palmeiras (Barbosa, 2007, p.02).

A valorização econômica e cultural da palmeira do babaçu, como ressalta a pesquisadora Viviane Barbosa (2008), é acompanhada de tentativas de excluir desse processo “sujeitos sociais diretamente envolvidos com a coleta, quebra e extração do babaçu, notadamente as quebradeiras de coco” (Barbosa, 2007, p.02).

Dessa forma, pensar os conflitos e as políticas de acesso a terra no Maranhão, bem como o processo recente de reconhecimento das comunidades quilombolas no estado, é destacar a importância das quebradeiras de coco na elaboração de identidades, imaginários e tradições de uma cultura maranhense. Por isso, narrar às histórias dessas mulheres negras, quilombolas, quebradeiras, é contribuir para elaboração de uma História Maranhense contada

pelo povo e não pelas elites. É pintar de cores, afetos e reconhecimento os acontecimentos que perfazem as narrativas sobre esse estado. É contar a História do Brasil a partir das histórias de suas mulheres, *invisibilizadas* nas narrativas oficiais presentes nos livros didáticos.

Através da luta pelo acesso aos babaçuais, as quebradeiras se organizaram em instituições e associações para garantir que não lhes fossem tiradas sua principal fonte de renda. Desses conflitos, que eclodiram principalmente nos anos 80 com a expansão das monoculturas, surgiram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento das Trabalhadoras Rurais (MTR), e a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) que, desde então, desempenham um papel fundamental na garantia do acesso a terra e no estabelecimento de projetos de promoção de renda atrelados aos produtos dos babaçuais e de outras palmeiras.

1. Mulheres quilombolas: corpos e espaços em disputa

Nesse campo de disputa, as quebradeiras convivem com diversos tipos de violência que se sobrepõem. Como ressalta Barbosa (2013), relatórios da Comissão Pastoral da Terra indicaram que, devido aos conflitos, além das arbitrariedades e de atos violentos comuns em cenários de conflitos de terra, as mulheres também foram vítimas de estupro e de violações de seus corpos. No processo de apropriar-se das terras, apropriar-se do corpo das quebradeiras representa uma dominação efetiva de territórios e de espaços.

A violação dos babaçuais, assim como dos seus corpos, marca suas intimidades, identidades, operando como *violência simbólica*, fragmentando seus *mundos de trabalho e da vida*.

Nos conflitos rurais, “as mulheres, além de sofrerem as mesmas violências que os homens (ferimentos, torturas, prisão ilegal, tentativa de assassinato, morte, sequestro) são vítimas de outros tipos de violências que as atingem no mais íntimo do seu ser, quais sejam, o estupro e o aborto provocado por maus tratos (CPT, 1989, p. 25). Há registros de quebradeiras que foram agredidas quando, como forma de resistência, entravam nas propriedades e eram encontradas dentro das áreas de pastagens coletando coco. Esta realidade não é distante, pois há “ainda casos de violência física contra as quebradeiras no qual gerentes da fazenda, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres a surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco” (Araújo et al., 2004, p. 223) (Barbosa, 2013, p.07).

Nesse sentido, é preciso destacar o quanto os conflitos agrários – principalmente no estado do Maranhão em que a prática da colheita do Babaçu tem gênero, é uma prática realizada por mulheres – são perpassados por ações de dominação que colocam em risco a integridade dos corpos femininos.

Uma das características fundamentais no processo *de empoderamento*¹ feminino passa pelas práticas de visibilização da causa e da luta das minorias étnicas e de gênero que se contrapõem aos discursos homogeneizantes sobre a nação. *Os silêncios seculares que submetem as mulheres aos espaços domésticos*, deslocadas dos espaços públicos de decisão, impedem a formação de agendas que promovam a equidade de gênero em diferentes regiões do país (Ferreira, 2007, p.158).

Contribuir para a ampliação da cidadania feminina e para o estabelecimento de lideranças nos interiores do país é ter no horizonte a percepção de que: “A socialização tradicional impõe às mulheres que abdicuem de certos prazeres e que fiquem confinadas a certos ambientes” (Cardoso, 1985, p.16). Portanto, deslocar-se do confinamento doméstico imposto às mulheres a partir de dispositivos sociais e políticos gera incômodos ao universo masculino. Com a ameaça iminente de inserção de mulheres na esfera pública, a reação muitas vezes é a agressão física – que se desnuda de formas variadas.

Ao apresentar esses aspectos, não desconsideramos que as categorias sexo/gênero são construídas relacional e socialmente, e que estão presentes no cerne de sustentação das estratégias de poder vinculadas ao falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (Butler, 2018). O artifício da linguagem que cerca as palavras mulher e feminino estão presentes por fazerem parte de um espectro cultural que norteia relações específicas de desigualdade de gênero na sociedade brasileira e, em especial, maranhense.

As trabalhadoras rurais, ao narrarem suas experiências de militância nas atividades que participamos conjuntamente com a ASSEMA no município de São Luís Gonzaga-MA, descreveram as dificuldades que encontram de conseguir envolver mais mulheres nas associações e no trabalho de militância, uma vez que ao convidá-las, recebem como respostas a falta de tempo devido aos afazeres domésticos. As militantes destacam que os maridos não veem com bons olhos a militância feminina, colocando empecilhos para a atuação delas.

Nesse sentido, promover a participação feminina e o surgimento da liderança das mulheres em comunidades tradicionais – como as comunidades quilombolas – é enfrentar um tipo de violência, a simbólica, caracterizada pela segregação e o confinamento nos espaços domésticos.

¹ O conceito de *empoderamento* utilizado neste texto faz referência ao elaborado no bojo dos movimentos feministas das mulheres afro-americanas e que tem por princípio, como ressalta Ângela Davis (2017), um esforço de “erguer-nos enquanto subimos” (DAVIS, 2017, p.17). Dessa forma, o processo de ascensão de uma mulher deve estar vinculado ao de todas as outras, independente de classe social.

Desde os trabalhos da pesquisadora Mary Douglas, a antropologia tem destacado os aspectos culturais e sociais que perpassam as relações de gênero. A partir dos trabalhos dessa autora, a naturalização dos papéis femininos e masculinos, nas sociedades ocidentais, passou a ser questionada, pincelando com diferentes matizes as relações existentes entre homens e mulheres em diversas sociedades, inseridos em contextos específicos.

Desse modo, para pensarmos relações de gênero é preciso termos em mente que essas são plurais e se constituem a partir de diferentes aspectos. São relações que se constroem em disputa, perpassadas por representações de poder e por subalternidade.

A dimensão relacional das relações de gênero, ao questionar os princípios da dominação masculina e submissão feminina, contribui para a compreensão dos processos e dos mecanismos que configuram essas relações para além da perspectiva do binômio dominação/submissão. Assim, se faz necessário compreender os dispositivos que configuram os espaços masculinos e femininos como espaços diferenciados de poder em nossa sociedade.

Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* destaca que “os símbolos culturalmente disponíveis”, geram múltiplas representações, e podem inclusive apresentar-se de maneira contraditória ao tentar definir o significado das categorias “homem” e “mulher” e os comportamentos sociais esperados. Ao romper com essa visão binária, Scott propõe que os estudos sobre gênero, ou relações de gênero, levem em consideração as identidades que são construídas socialmente e as especificidades das representações culturais. O poder tem lugar de destaque nos estudos dessa autora, que defende uma lógica relacional, em que classe e raça, por exemplo, representam processos sociais importantes para a compreensão do fenômeno. A autora, assim como outras do campo de estudos de gênero, destaca a interseccionalidade das categorias gênero, raça e classe, necessárias para a compreensão das desigualdades de gênero (Hirata, 2014).

No “Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil”, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres Brasil, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do governo brasileiro, apontou que o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.

No mesmo período, a quantidade de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, passando de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. No total, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762 em 10 (dez) anos, representando um aumento de 21%.

Segundo os dados do Mapa da Violência, 55,3% desses crimes foram cometidos no ambiente doméstico, e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Diferentemente de outras regiões do estado do Maranhão em que há associações e grupos femininos, com lideranças atuantes e organizadas que articulam ações voltadas para uma agenda que promova assistência e melhores condições de vida para as mulheres, na região do Baixo Parnaíba Maranhense, essas ações e associações coletivas de mulheres são poucas – isso segundo um levantamento prévio feito pela equipe executora do projeto. Por isso, consideramos extremamente necessário propostas voltadas para a promoção de grupos e associações femininas centradas na formação de lideranças entre as mulheres para que essas possam se inserir, no estado e nacionalmente, em redes de elaboração e consolidação de políticas públicas e de mecanismos de assistência social.

Os gaúchos, como são conhecidos os fazendeiros oriundos do sul do país, se fixaram na Região do Baixo Parnaíba Maranhense – vista pelo estado, e pelos próprios pequenos agricultores, como pouco fértil. Com a tecnologia e investimento, as empresas e os “gaúchos” conseguiram se fixar, ocupando a maior parte do território destinado a agricultura na região. No processo de desapropriação das terras do Território Quilombo Saco das Almas, como ressaltou várias vezes Dona Dudu², muita luta teve que ser travada para que o território fosse garantido e assegurado aos negros. O acesso a terra pelas famílias que residem no quilombo é precário uma vez que eles ainda não possuem o documento definitivo de doação das terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), colocando-as em situação vulnerável em um contexto de disputas de terras entre populações tradicionais e as empresas destinadas ao agronegócio.

Nesse sentido, a comunidade vive a *trama*, as polarizações, as incertezas, as promessas, e acentuadamente, a dicotomização esboçada de forma contextual na dissertação de mestrado da autora Keliane Viana (2018): *A Terra Prometida ainda é Promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas* de 2018. Nesse trabalho, a autora explicita a divisão que reflete a estrutura de poder, de medos, de *silenciamento*. Ao conceituar gaúcho, a autora destaca que:

A categoria gaúcho se evidencia quando os mesmos consideram legítima prática de comprar terras e expandir os campos de soja. Eles desconsideram o direito de prática tradicional de quem faz uso dos recursos da natureza. Seus discursos do direito legal sobre a aquisição de terras são motivados pela promessa de bem-estar social a

² Dona Dudu, além de moradora e representante feminina no Sindicato Rural de Brejo/ Maranhão, é uma importante liderança deste quilombola, sendo descendente da família que originalmente ocupou o território.

população quilombola. Esses agentes justificam suas práticas por aquilo que consideram como “legítimo” ato de compra e venda. (Viana, 2018, p.28).

Nesse sentido, lógicas distintas de percepção e operação do direito estão presentes na região. Esse encontro entre lógicas culturais distintas, e relações de poder baseadas em uma desigualdade abrupta, traz consequências nefastas para a manutenção das vidas e dos territórios das famílias que compõem o Quilombo Saco das Almas.

A segunda forma de domínio da extensão mente-corpo é registrada nos debates, narrativas orais, documentos, entre outros. E apresenta-se na configuração de um poder ideológico fundamentado nas leis e incompreensão da comunidade diante de sua atuação na esfera social. O cenário atual de quase todo o país, diga-se de passagem, registra em sua fundamentação as discussões de legitimidade dos territórios indígenas e quilombolas.

O Baixo Parnaíba maranhense se estruturou geograficamente, em grande parte das vezes, por meio de doações ilegítimas, resultando em lutas internas, de um construto entre o Direito Constitucional e sua execução no tocante as comunidades tradicionais. Nesse aspecto, a dura bipartição entre quem é dono e quem não é o dono legítimo, cindira os pólos da comunidade Saco das Almas.

Saco das Almas é para muitos dos fazendeiros um grande domínio privado onde, além de detentores tradicionais do poder político, controlam imensas extensões territoriais destinadas à pecuária e monopolizam o acesso a natureza (Viana, 2019: p.91)

Nessa perspectiva, a comunidade carrega os traços de *pertencimento cultural* (se reconhecem como quilombos entre si e nas cidades circunvizinhas) que corrobora para uma compreensão sobre o seu papel e atuação diante desse intrincado condicionante:

Saco das Almas é um território tradicional que se autorreconhece como quilombola e que está empenhando, não apenas em se afirmar como portador da identidade afrodescendente, como também, em ter reconhecido pelo Governo Federal o seu direito de permanência na terra ocupada desde o passado pelos ancestrais, requerendo o título definitivo de propriedade mesmo. A posição discursiva ambivalente dos poderes público local, estadual e federal em torno da titulação quilombola, produz efeitos a tentativa de deslegitimação do autorreconhecimento do grupo de descendentes de quilombos e um processo de essencialização da identidade e da memória dos quilombolas [...].(Viana, 2018, p.19)

Essa linha de polarizações desenhadas entre os donos dos meios de produção e os remanescentes quilombolas desemboca de forma incisiva na construção da forma mulher negra como a mulher negra que se imagina (Gomes, et. al., 2018), traz uma contribuição sócio-histórica, figurada na simbologia do corpo com alvo de domínio, de nuances patriarcais em torno de uma classe sobre outra, e, de forma ainda mais significativa, o corpo feminino, em especial, mulheres negras e economicamente menos favorecidas. As autoras revelam as

circunstâncias em que o corpo feminino passa por sucessivas “disciplinarizações” até chegar às atuações sofisticadas amparadas pelo poder coercitivo do Estado e grupos de poder.

Como destacado anteriormente, ao promover uma genealogia do gênero, Butler (2018), seguindo as contribuições e inspirações foucaultianas, destaca os processos e aspectos de construção do corpo, do gênero e da própria noção de sexo. Assim, exercer poder é dominar também o corpo e os espaços de transitoriedade reais, virtuais e imaginados.

Dessa forma, as disputas territoriais da comunidade Saco das Almas, mais precisamente, o papel da mulher campesina, são diretamente invadidas pelo caráter que comunga conceitos religiosos, dicotomias entre homem e mulher, proprietários e trabalhadores, entre outros. Nessa conjuntura, as comunidades tradicionais convivem com o paradoxo da existência de papéis e relações tradicionais entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que convive com a ausência masculina, itinerante em um contexto de escassez de alimentos e recursos.

As ressonâncias memoriais da comunidade Saco das Almas estão intimamente ligadas, segundo (Viana, 2018), a lutas, resistências e ao imaginário religioso. Os remanescentes que fugiram pela fluvial para um lugar onde houvesse mais segurança diante da opressão, da tortura, e mesmo da morte. O rio Parnaíba representa o trajeto construído por esse povo para se fixarem no território e mudarem o curso de suas vidas. Todavia, as relações estabelecidas no presente povoado se entrelaçam a lutas dessas mulheres por emancipação e empoderamento.

Sob este ângulo Gomes (2018) apresenta que subalternidade em relação ao papel feminino foi reconfigurada nos 1970 e 1980, anos de abertura feminina em espaços determinantes, tanto políticos como sociais. Mediante essa transformação e percepção por parte das mulheres, segue-se uma linha de *redescobertas: corpo, sexualidade, cidadania, direitos*. Assim, anteriormente, submissas, presas a cadeias invisíveis, pintadas pela *divisão sexista das atividades*, as mulheres passam a acessar espaços dos quais antes eram privadas. Essas são as bases erigidas na historiografia da luta da mulher negra, influenciada por movimentos semelhantes que se propagaram por diferentes países. A ativa participação das mulheres em movimentos políticos deu margem a uma visibilidade feminina, segundo essa mesma autora. Apesar da luta ser processual, já anuncia contornos significativos.

Santos (et, al, 2018) acredita que A Lei 10.639/2003³ é fundamental no resgate da memória social da cultura negra e também é um movimento de empoderamento feminino, pois a escola passa a reconhecer em seu currículo a formação étnico-social. Desse modo, as meninas negras estarão incluídas, fazendo com que elas valorizem sua pele, seus cabelos, sua estética negra, conhecendo e se reconhecendo como participantes da luta e resistência quilombola.

A fixação dos gaúchos e fazendeiros em territórios *étnicos e coletivos*⁴ é apresentada, segundo Gomes (2018,) junto ao discurso de “globalização”, de transformação, de melhorias na qualidade de vida da população quilombola, todavia, a implantação da atividade monocultora foi seguida de perdas, territoriais legitimadas por discursos dominantes de poderio. A autora menciona a intensificação de espaços *reducionistas* (onde as atividades devem ser realizadas para atender as demandas de mercado capitalista) economicamente ligados ao aspecto tecnológico, dessa maneira, desconsidera-se o trabalho feminino, subjugando-o a um mero coadjuvante masculino e pouco rentável aos moldes capitalistas. Nesse discurso, são negligenciados: o cuidado com solo, a proteção ambiental e as atividades geradoras de sustento familiar espaços esses em que a figura feminina ocupa um lugar de destaque.

Nesse novo quadro, os esposos das mulheres da comunidade tiveram que se deslocar até outras cidades, modificando suas funções junto à comunidade, muitas vezes, deixando de atuar na luta por seus direitos e espaços. As atividades extrativistas que retiram diretamente da natureza, fontes econômicas, pesca, agricultura familiar, a extração do babaçu, delineia as projeções da amargura e do ódio.

A questão cultural e territorial, no Brasil, é alvo de um domínio de existência dos donos dos meios de produção, sobretudo brancos e ricos, sobre os negros do país. Em decorrência desse fato, os negros sofreram os mais perversos ataques corpóreos. Igualmente, na atualidade, demarcam-se os mapeamentos duais, em que a violência contra homens mulheres se faz presente. Tudo isso pincela a concepção paternalista de poder sobre a mulher por parte de muitos homens.

Nesse cenário, a crise do babaçu e sua dimensão social ganham tonalidades diversas:

³ “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências”. (BRASIL, 2003, p.01)

⁴ Os grupos étnicos coletivos são formados por comunidades tradicionais, afro descendente ou indígena espalhado por diversos territórios brasileiros, que partilham uma memória ancestral, ritos, simbolismos que lhe são muito singulares, mas representam um significado coletivo indispensável a suas vidas.

A expansão da monocultura no Baixo Parnaíba Maranhense reflete a tendência hegemônica do modelo agroexportador em âmbito nacional, que avança pela vastidão dos cerrados e reservas de extrativismo em inúmeras regiões e estados do país. No Baixo Parnaíba, esta expansão incide diretamente na desestruturação da cultura de produção e reprodução da agricultura familiar e ameaça varrer do mapa as comunidades rurais e populações tradicionais que há décadas habitam a região, assim como os recursos florestais que fornecem a principal base alimentar e de renda como o babaçu, o pequi, o bacuri, o buriti. Por trás desta investida estão grupos econômicos poderosos, que têm interesse na conversão da vegetação nativa em plantios homogêneos de eucalipto e soja, sendo o primeiro visando à produção de carvão vegetal que alimenta as usinas siderúrgicas no estado e o segundo para exportação (Programa Território Livre, CCN/SMDH/FC, 2008, p. 4 apud Paixão, 2015, p 77).

De acordo com Viana (2018), a Comunidade Território Saco das Almas está atuando junto ao sindicato em prol da legítima posse das terras. O interesse principal dos moradores é a manutenção das memórias dos ancestrais sendo respeitadas e valorizadas socialmente, já que os conflitos entre os fazendeiros e gaúchos geram falta de respeito, abusos e expropriações ilegítimas provocando uma insatisfação social mobilizada entre as famílias. “[...] Atualmente, eles compreendem a necessidade de mobilização social para concretização de seus direitos territoriais reivindicados.” (Viana, 2018, p.29). Assim, atuando nesse cenário emblemático desde:

[...] o ano de 2004 passaram a pleitear junto ao INCRA a titulação definitiva como descendentes de quilombo. Sendo assim, há quase quinze anos tramita junto a Superintendência Regional do INCRA no Estado Maranhão o processo administrativo referente a titulação definitiva do território quilombola em tela, até o presente momento sem qualquer definição objetiva”.(Viana,2018,p. 19)

Segundo Gomes (2018), o desenvolvimento do domínio moderno se baseia na transformação mercadológica que efetiva-se de forma rápida, contrariando as vivências e transformações de espaço pelas comunidades tradicionais cujas dinâmicas sociais se processam de forma lenta, diferentemente dos pressupostos do capital financeiro.

Os discursos utilizados pelos produtores para validarem sua autoridade territorial baseava-se na violência física e simbólica. Vejamos:

Estes que se diziam donos da “Terra Prometida” expulsaram, durante décadas, através da força física, quilombolas de suas casas. Apossaram-se dos babaçuais e impediram os quilombolas de exercerem o extrativismo e a pesca em diversos pontos do território. Os *fazendeiros* da região se utilizaram de todos os instrumentos para ameaçar e amedrontar os quilombolas, tendo sido constante a prática de agressões verbais, sequestro de animais [...] (Viana, 2018, p.92).

O artigo de Röhrig (2010) traz as narrativas das Comunidades étnico-culturais do território maranhense: *A memória do tempo de cativo no Maranhão*. A luz desse artigo, tivemos contato com as perspectivas históricas, contos e recontos de fatos, imaginário, tradições multifacetadas, delineadas com as palavras que remetem a angústia.

A busca da identidade cultural desembocou no confronto com a política social e ideológica representada pela violação dos direitos e perda da dignidade. O texto traz uma esquematização de falas dos quilombolas de cidades do Baixo Parnaíba Maranhense, apresentando documentos e fontes orais que contam a história dos quilombolas no interior do Maranhão. Esses grupos de atuação encenam o quadro que envolve a dura “trama” em que as comunidades quilombolas estiveram envolvidas. Nessa sucessão de episódios, desafios constitucionais, efetiva regularização territorial, esses povos constroem a dimensão de traços culturais. Nessa perspectiva, as comunidades carregam os traços de um sentimento de “pertença” de sentir a agonia em lembrar-se dos pesadelos vividos.

Dessa forma, segundo Röhrig (2010), as narrativas contadas pelos habitantes dessas comunidades destacam as múltiplas violências vividas por mulheres que habitam nesses territórios. As histórias contadas nesse artigo nos ajudam a olhar a figura quilombola e feminina de uma forma diferenciada, percebendo que suas marcas são reforçadas em práticas diárias de desrespeito, mortes, preconceitos e pré-noções, distanciando-nos da real compreensão acerca da importância cultura desses povos. A partir da pesquisa empreendida pelo autor, concluiu-se que a figura da mulher é alvo de mutilações em seus corpos e sentimentos. Não podiam sequer ter seu corpo como espaço privado, sendo esse considerado público. Nesses espaços, resistir muitas vezes é sobreviver e manter a integridade de seus corpos.

2. Breves discussões sobre o Projeto de Extensão: desafios e alguns resultados

Como destacado anteriormente, devida à dificuldade de obtenção de renda no território, alguns homens migram para outras regiões do país ou trabalham como caminhoneiros, ficando as mulheres nas comunidades. O cuidado das crianças – muita das vezes, as mulheres levam com elas seus filhos para as oficinas –, o trabalho no lar, a falta de renda fixa e a falta de perspectiva com relação à própria realidade se tornaram entraves na realização das oficinas.

A expectativa que elas tiveram com o projeto distanciou-se da nossa. Esse hiato na comunicação é um ponto crucial para pensarmos em como estabelecer parcerias que atendam os diferentes espectros que perfazem determinada realidade social. Para as mulheres da Comunidade Saco das Almas, um projeto que contribuiria para a transformação da realidade delas estaria vinculado à transferência de renda – direta ou indireta. Nesse ponto, destaca-se

também a dificuldade delas em compreender a atuação da universidade – e seus agentes como promotores de formações –, bem como de outros órgãos do poder público.

Ao realizarmos o projeto, fomos sensíveis às questões trazidas por esse grupo de mulheres e apresentamos experiências existentes em todo o país, assim como no Maranhão, de coletivos e suas ações de geração de emprego e renda em diferentes comunidades. Entretanto, deve-se ressaltar a necessidade de políticas públicas que garantam a permanência dessas famílias nesses territórios, assegurando o direito a uma vida digna.

Escutar esse grupo de mulheres da Comunidade Saco das Almas teve, nesse sentido, um papel fundamental. Distantes dos processos decisórios da participação política, as possibilidades de fala e escuta dessas mulheres também são mínimas. São poucos os espaços em que elas têm a oportunidade de expressarem seus pontos de vista e falarem sobre a realidade em que vivem. Nos debates durante as oficinas e nas apresentações, percebeu-se que as trajetórias delas se assemelham muito entre si. Mães e esposas interromperam os estudos após engravidarem. Poucas conseguiram retornar e terminar o ensino médio – oferecido na comunidade que possui duas escolas, de ensino fundamental e médio. Para exemplificar o que foi dito temos o caso de Dona Rosa, uma das participantes da oficina, não foi alfabetizada.

No Estado do Maranhão, assim como em outras partes do país, o acesso a escolaridade pelas mulheres é inferior ao acesso dos homens em idade semelhante. Elas figuram entre a maioria dos analfabetos que ainda existem. Esse quadro interfere no *projeto de vida* dessas mulheres, que possuem um *campo de possibilidades* e de experiências bem mais restrito do que os homens. As possibilidades dadas a elas de acessarem as universidades e carreiras profissionais são mínimas e ainda é perpetuada a percepção de que essas estão destinadas ao trabalho doméstico, precário, informal, e muitas vezes não remunerado.

No caso das quebradeiras de coco, o acesso a renda se torna precário devido a baixa remuneração da atividade e pelos conflitos agrários que, em diversos momentos, prejudicaram o acesso dessas mulheres a terra e aos babaçuais. A prática extrativista de quebra do coco – realizada majoritariamente por mulheres – é representada, nas comunidades, como trabalho inferior, como uma “ajuda”, quando em muitos casos representa a principal fonte de renda dessas famílias. Mais uma vez, a relação trabalho- mulher e desvalorização/remuneração precária se estabelecem.

A maior parte das mulheres que participaram das oficinas se dedica a quebra do coco babaçu, a produção de frutas e polpas. O manejo do bacuri, fruto típico da região, contribui para a complementação da renda em determinadas épocas do ano. Contudo, como ressaltado

anteriormente, os conflitos agrários na região impede o acesso a determinadas áreas onde estão presentes os produtos extrativistas. O bacuri tem se tornado cada vez mais escasso e de difícil acesso por estar localizado em área de fronteira com a região de plantação das monoculturas. O grupo foi formado por mulheres em sua maioria jovens, contando apenas com a participação de Dona Dudu e Dona Rosa – de cerca de 50 anos. Aproximadamente 30 mulheres participaram das quatro oficinas que versaram sobre Direito das Mulheres, Direitos Humanos, Racismo Institucional e Empoderamento Feminino.

Nas oficinas, destacamos o quanto o acesso a direitos influenciam na realidade delas e no cotidiano das comunidades quilombolas. Em um contexto de conflito agrário, o acesso aos direitos é fundamental. Durante as formações, o papel de liderança da mulher foi enfatizado como primordial na promoção de uma igualdade de gênero. Empoderar mulheres a partir do reconhecimento de que elas são sujeitos da própria história, e não apenas coadjuvantes, e que o desenvolvimento das comunidades depende do acesso à escolaridade, renda e de outros capitais capazes de garantir a autonomia feminina.

No emaranhado de contextos conflitantes, desenvolver práticas e ações que visam o empoderamento feminino se torna um desafio aos pesquisadores e professores da universidade. Aproximar os atores envolvidos nesse contexto é primordial para promover o desenvolvimento de lideranças femininas engajadas com as questões do território e com a promoção da igualdade de gênero.

O projeto contou com quatro bolsistas, sendo uma delas da comunidade. Um tempo após a realização dele, as mulheres que fizeram parte das oficinas organizaram um coletivo intitulado “PROMUQUI”, em referência ao primeiro projeto desenvolvido por nossa equipe da Universidade Federal do Maranhão. Com esse coletivo, elas participaram de alguns eventos e levaram seus produtos para serem comercializados.

Nesse sentido, se o projeto não serviu para uma mudança imediata da realidade dessas mulheres, pelo menos permitiu vislumbrar possibilidades de ação e de enfrentamento de violências cotidianas de direitos.



Fonte: Arquivo Pessoal do Projeto

Considerações

Nesse artigo apresentamos uma construção social, cultural e de engajamento militante. Demonstramos o papel da mulher, suas formatações e contornos nos espaços e movimentos. Durante o projeto, foi possível perceber que participação das mulheres negras e quilombolas na luta militante ainda é um processo em construção. Esse processo se constitui como uma teia de relações, muitas vezes inseridas em uma conjuntura maior que envolve diversos conflitos de poder. Contudo, no limiar dos anos 1970 e 1980 a figura feminina, aparece no cenário de luta reivindicando a posse de seu corpo e de sua propriedade, construindo sua identidade a partir de sua herança cultural.

Porém as lutas nas comunidades imprimiram uma marca nos movimentos, tornando os moradores mais unidos, abertos a mudanças e compreensões.

Após a realização do projeto, e ao nos depararmos com a organização de um coletivo por elas meses depois da finalização desse, foi possível perceber a importância de se investir em outras formações e de ampliar o espaço de debate acerca dos processos de *empoderamento* e de luta por direitos pelas mulheres quilombolas, reconhecendo suas histórias e suas lutas cotidianas como principal inspiração.

Referência Bibliográfica

ABRASCO. *Dossiê: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 03: “agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia dos saberes”*. X Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Porto Alegre. Primavera de 2012.

ARAÚJO, Clara. “*Cidadania incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres brasileiras.*” 1999. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *As cotas por sexo para a competição legislativa : o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais*. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155-195, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Violência e saúde: questões de enfrentamento entre mulheres rurais maranhenses*. Projeto de Extensão apresentando à FAPEMA, 2011.

_____. *Violência e saúde: um debate a partir da experiência de trabalhadoras(es) rurais maranhenses*. Projeto de Extensão apresentado PROEX, 2013.

_____. *Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidade no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. 2007. 161 f. (Dissertação- Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. *Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. 2013. 267 f. (Tese – Doutorado em História Oral). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. “*A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão*”. In.: WOORTMANN, Ellen; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Orgs.) Margarida Alves – *I Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA/PEPIGRE, 2006.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

FERREIRA, Mary. *As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão*. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

FERREIRA, Jerusa. “Os Desafios da Voz Viva”. In: *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas, SP: Centro de Memória; UNICAMP, 1997.

GAUDENCIO, Frigotto. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 2010. 9ª ed.

GOMES, C.; B, J.SANTOS.; V.; P. NEVES.; L.; N. “Corpo e mente nos territórios em disputa”. In *I Seminário Internacional povos e comunidades tradicionais frente a projetos de desenvolvimento*. 2018. São Luís. Universidade Federal do Maranhão.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. In. *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, v. 26, nº 1.

MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PAIXÃO, Raimundo Maurício matos. *Terra: da sinergia da luta individual para a coletiva, refletindo a partir do quilombo de cana brava*. 2015. 126 f.(Dissertação de mestrado) Programa de Pós Graduação programa em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Ciências Sociais. 2015.

RÖHRIG, Matthias. Dossiê. *A memória do tempo de cativo no Maranhão*. P 67-110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/04.pdf>> Acesso em 10 de julho de 2019.

RODRIGUES, M. et al. “A experiência de organização das mulheres quilombolas kalungas de Monte Alegre de Goiás em prol do fortalecimento da autogestão territorial”. In *I Seminário Internacional povos e comunidades tradicionais frente a projetos de desenvolvimento*. 2018. São Luís. Universidade Federal do Maranhão.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*: Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez, 1990.

SANTOS, A. et al. “*Lei 10.639/03: papel do Movimento Negro e o empoderamento das mulheres no negras no Brasil*”. PAIDEIA – Revista de Sociologia e Filosofia do Colégio Estadual do Paraná P.53-66. Nº 12 – Out/Nov 2018. ISSN 2595-265X disponível em: <http://www.cep.pr.gov.br/arquivos/File/2018/PAIDEIA/12/o_empoderamento_das_mulheres_negras_no_Brasil.pdf> acesso em 15 de julho de 2019.

VIANA, Keliane da Silva. “A Terra Prometida ainda é promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas”. 2018. 225f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ CCH)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 10/02/2016:

Recebido em: 30/01/2020
Aprovado em: 30/03/2020